

**MUDANÇAS NO ESPAÇO PÚBLICO EM CONTEXTO DE FRAGMENTAÇÃO
SOCIOESPACIAL: O CASO DE DOURADOS – MS (BRASIL) E SUAS
CONTRADIÇÕES¹**

***CAMBIOS EN EL ESPACIO PÚBLICO EN EL CONTEXTO DE LA
FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL: EL CASO DE DOURADOS - MS/BRASIL Y
SUS CONTRADICCIONES***

***CHANGES IN THE PUBLIC SPACE IN THE CONTEXT OF SOCIO-SPATIAL
FRAGMENTATION: THE CASE OF DOURADOS-MS/BRAZIL AND ITS
CONTRADICTIONS***



Gabriela Delisangela ANDRADE²
e-mail: andrade.gabriela@usp.br



Eda Maria GÓES³
e-mail: eda.goes@unesp.br

Como referenciar este artigo:

ANDRADE, Gabriela D.; GÓES, Eda M. Mudanças no espaço público em contexto de fragmentação socioespacial: O caso de Dourados – MS (Brasil) e suas contradições. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 08, n. 01. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2024.9274>.



| Submetido em: 09/03/2022
| Revisões requeridas em: 28/03/2023
| Aprovado em: 31/07/2023
| Publicado em: 13/03/2024

Editora: Profa. Dra. Eda Maria Góes

¹ Trabalho elaborado no âmbito do Projeto Temático FragUrb (Fapesp: 2018/07701-8), que envolve nove cidades, dentre as quais, Dourados - MS.

² Universidade de São Paulo (USP), São Carlos – São Paulo (SP) – Brasil. Mestranda no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP).

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – São Paulo (SP) – Brasil. Professora doutora do Departamento de Geografia da FCT - UNESP.

RESUMO: As mudanças nos espaços públicos das cidades brasileiras podem ser mais bem compreendidas quando se considera o processo de fragmentação socioespacial, que está em curso. Nesse trabalho, se busca identificar e compreender tais mudanças, a partir do estudo do caso do Parque dos Ipês, em Dourados - MS. Para isso, i) discutimos a noção de espaço público, suas mudanças e contradições, considerando o processo de fragmentação, ii) estudamos o caso selecionado e as práticas espaciais lá presentes e iii) identificamos tendências de apropriação privada e o significativo poder de atração desse parque. Concluiu-se que, a despeito da ampliação da preferência pelos espaços privados, a possibilidade de visualizar “os outros” e a sociabilidade, características dos espaços públicos, têm potencial para se contrapor ao processo de fragmentação socioespacial.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Público. Fragmentação Socioespacial. Dourados – MS.

***RESUMEN:** Los cambios en los espacios públicos en las ciudades brasileñas pueden entenderse mejor cuando se considera el proceso de fragmentación socioespacial. En este trabajo, buscamos identificar y comprender tales cambios, a partir del estudio del caso del Parque dos Ipês, en Dourados - MS. Para ello, i) discutimos la noción de espacio público, sus cambios y contradicciones, considerando el proceso de fragmentación, ii) estudiamos el caso seleccionado y las prácticas espaciales allí presentes y iii) identificamos tendencias de apropiación privada y el significativo poder de atracción de este parque. Se concluyó que, a pesar de la expansión de la preferencia por los espacios privados, la posibilidad de visualizar "otros" y la sociabilidad, características de los espacios públicos, tienen el potencial de contrarrestar el proceso de fragmentación socioespacial.*

***PALABRAS CLAVE:** Espacio público. Fragmentación socioespacial. Dourados - MS.*

***ABSTRACT:** Changes in public spaces in Brazilian cities can be better understood when considering the process of socio-spatial fragmentation. In this work, we seek to identify and understand such changes, from the study of the case of Parque dos Ipês, in Dourados - MS. For this, i) we discuss the notion of public space, its changes, and contradictions, considering the fragmentation process, ii) we studied the selected case, and the spatial practices present there and iii) we identified trends of private appropriation and the significant power of attraction of this park. It was concluded that, despite the expansion of the preference for private spaces, the possibility of visualizing "others" and sociability, characteristics of public spaces, have the potential to counter the process of socio-spatial fragmentation.*

KEYWORDS: Public Space; Sociospatial fragmentation; Dourados - MS.

Introdução

As relações intrínsecas entre a cidade e seus espaços públicos têm sido amplamente reconhecidas nos estudos urbanos contemporâneos. No entanto, a concepção moderna de espaço público, suas promessas e subversões são objeto de intenso debate. Ao considerar a historicidade do conceito, Delgado (2011) destaca sua origem nas retóricas político-urbanísticas, revelando que nas obras de Lefebvre (1974) e Jacobs (1961), por exemplo, a expressão “espaço público” não se faz presente. Até os anos 1980, termos como “espaço urbano”, “espaço social” e “espaço coletivo” eram mais empregados. Paralelamente, no campo da filosofia política, as interpretações de Arendt (1958) e Habermas (1962) ganharam destaque, ambas tratando o espaço público como categoria política. Contudo, tais abordagens diferem, pois enquanto Arendt baseia-se em um “modelo grego” de espaço público, Habermas adota um “modelo burguês”.

Para este artigo, tal debate importa uma vez que nenhuma das concepções mencionadas fornece parâmetros para a compreensão dos espaços públicos presentes em cidades como Dourados-MS, estudo de caso selecionado. Isso ocorre porque predomina uma sobreposição de interpretações que até então eram independentes, a do espaço público como conjunto de lugares de livre acesso e a do espaço público como âmbito no qual se desenvolve uma determinada forma de vínculo social e de relação com o poder, ou seja, no qual se engendram relações políticas (DELGADO, 2011).

No contexto em que a fragmentação socioespacial evidencia a complexificação dos processos de produção do espaço urbano, caracterizando-se, entre outros aspectos, pelo 'crescimento do número de enclaves' (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 298), torna-se relevante identificar a sobreposição de interpretações e as fragilidades conceituais e analíticas. Essa compreensão favorece a análise das denúncias em relação a uma crise generalizada do espaço público moderno, que são norteadas por perspectivas estruturais sobre os processos em curso ou em pesquisas empíricas que consideram aspectos materiais e imateriais dos espaços públicos, como comprovação dos desígnios do capital.

Diante das relações contraditórias entre a homogeneidade⁴, decorrente da relativa democratização do consumo e a renovação e ampliação das estratégias de distinção, e das

⁴ A expressão "homogeneidade" neste contexto refere-se à tendência de uniformização ou padronização na sociedade, devido à democratização do consumo, permitindo que diversos estratos sociais tenham acesso a bens e serviços antes restritos à elite. Sob a perspectiva Lefebvriana da teoria urbana, esse conceito representa um desafio enfrentado pelas cidades contemporâneas, visto que a aparente democratização do consumo pode coexistir com estruturas sociais e econômicas que reforçam desigualdades e estratificações, além de estar intimamente ligado ao surgimento de estratégias

denúncias frequentes de que o consumo se tornou predominante também nos espaços públicos, consideramos que as práticas espaciais possibilitam a identificação de disputas, inclusive simbólicas, sobre esses espaços. Nossa hipótese é que tais disputas conferem uma dimensão política aos espaços públicos, o que se evidencia quando as comparamos àquelas presentes nos “espaços privados de acesso e uso coletivo” (CALDEIRA, 2000; SPOSITO; GÓES, 2013), cada vez mais valorizados no âmbito do processo de fragmentação socioespacial.

Portanto, esse artigo tem como objetivo geral discutir a relação entre o espaço público e a fragmentação socioespacial nas cidades brasileiras. Para isso, o estudo foca no caso de uma cidade média em que esse processo está em curso, Dourados - MS, com especial atenção a um dos seus espaços públicos, cuja importância foi identificada a partir de pesquisa de campo: o Parque dos Ipês. Os procedimentos metodológicos em que a pesquisa se apoia são variados, ainda que predominantemente qualitativos, entre eles: i) levantamento bibliográfico sobre Dourados; ii) trabalho de campo exploratório nessa cidade; iii) aplicação de enquetes no espaço público selecionado; iv) visitas e observação etnográfica em diversos espaços públicos e privados de acesso coletivo; v) entrevistas com agentes bem-informados sobre a cidade e seus espaços públicos⁵. Ao longo do texto, organizado em três tópicos, além dessa introdução e das considerações finais, apresentamos 1. a fundamentação teórica baseada na relação entre os temas da fragmentação socioespacial e do espaço público; 2. os processos de produção do espaço em Dourados; 3. os resultados obtidos por meio dos procedimentos metodológicos. Dessa forma, evidenciamos que, a despeito da ampliação da preferência pelos espaços privados, a possibilidade de visualizar os “outros” e a sociabilidade, características dos espaços públicos, continuam a exercer atração e têm potencial para se contrapor ao processo de fragmentação socioespacial.

Do processo de fragmentação socioespacial às mudanças no espaço público

Segundo Legroux (2021), o conceito de fragmentação socioespacial se refere a uma complexificação das relações de estruturação urbana centro-periferia, incorporando dinâmicas nas quais os espaços estão cada vez mais desconexos e diferenciados, em termos de classes sociais e funções (moradia, trabalho, lazer etc.). De acordo com Magrini e Catalão (2019), é

de distinção, utilizadas por indivíduos e grupos para reafirmar suas identidades sociais em um contexto aparentemente homogêneo.

⁵ Esses procedimentos foram realizados por parte da equipe responsável pelo Projeto Temático, da qual as autoras desse trabalho fazem parte.

importante considerar que a lógica fragmentária não é apenas morfológica porque sempre há associação entre a produção do tecido urbano, as práticas espaciais e a constituição dos imaginários. Desta maneira, a análise do cotidiano, por meio da apreensão das práticas espaciais⁶ e suas representações, tem sido considerada como chave para entender o processo de fragmentação, conceito que é uma ferramenta analítica para se analisar as mudanças do urbano na fase atual do capitalismo (LEGROUX, 2021).

A privatização do espaço público é uma das dimensões deste processo, somada ao crescente avanço dos espaços voltados à circulação (especialmente de veículos automotores) e à predominância de práticas de consumo. Outro aspecto a ser considerado diz respeito aos papéis assumidos pelo lazer e pelo consumo nos projetos de produção e transformação dos espaços públicos. Serpa (2007), por meio do estudo do caso de parques em Salvador e em Paris, identifica a apropriação predominantemente privada desses espaços, ao mesmo tempo em que se tornam fator de valorização imobiliária. Ou seja, o espaço público também é produzido e reproduzido como uma mercadoria (SERPA, 2007). Admitimos que tais mudanças tendem a diminuir a potencial convivência entre públicos diferentes (GOMES, 2010), mas consideramos que é preciso investigar o conjunto das práticas presentes em cada espaço público, levando em conta suas relações com a cidade e seus processos de produção, assim como identificar os usuários e seu perfil social.

Dessa forma, embora se reconheça a relevância das teses sobre a perda do sentido do espaço público (SERPA, 2007) e de sua “crise” (CALDEIRA, 2000), até mesmo sobre sua “morte” (SENNETT, 1989) e “destruição” (DAVIS, 1990), temos evidências empíricas de que resiste a possibilidade de manifestação e exercício das características inerentes ao espaço público, de sua potência integradora, por via das práticas espaciais. Complementarmente, problematizando a referida “crise”, considera-se a visão de Duhau e Giglia (2008), para quem, o que de fato a caracteriza, é a dissociação entre o espaço juridicamente público e as atividades da vida cotidiana, logo, a preferência pelos espaços privados.

Análises associadas explícita ou implicitamente com a fragmentação socioespacial têm aparecido de formas diferentes na literatura sobre cidades latino-americanas (DUHAU; GIGLIA, 2008; CALDEIRA, 2000; SPOSITO; GÓES, 2013). No entanto, é relevante ressaltar que a maioria desses estudos se concentra nas metrópoles, sendo o trabalho de Sposito e Góes (2013), um exemplo notável de exceção. Em todos os casos, a expansão dos espaços fechados

⁶ “As práticas socioespaciais são mediadoras da apropriação da cidade ou parte dela e, por conseguinte, dos seus lugares, incluso dos espaços públicos” (LOBODA, 2009, p. 36).

e os impactos sobre os espaços públicos são evidenciados, ainda que a justificativa da insegurança tenha pesos diferentes, conforme a realidade empírica estudada.

Para as cidades médias⁷, temos evidências de que as distâncias menores geram estratégias de segmentação temporal, além da espacial, que também impactam nos espaços públicos e podem ser interpretadas no âmbito dos novos usos e finalidades múltiplas a eles associadas (SOUZA, 2018), tal como procuraremos demonstrar em nossas análises, a partir do estudo do caso de Dourados.

Dourados - MS: da formação do núcleo urbano à lógica fragmentária

Dourados é uma cidade média brasileira, localizada na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, com 243.368 habitantes (IBGE, Censo Demográfico 2022) e área territorial de 4.062,236 km² (IBGE, 2022). Além disso, Dourados é classificada como Capital Regional C (2C) (IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018), sendo a segunda maior cidade do estado, atrás apenas da capital, Campo Grande, localizada a 220 quilômetros de distância. Ademais, possui alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,747 (PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010), e em 2020, tinha um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 48.135,57 reais (IBGE, 2020).

A origem do núcleo urbano é datada de 1909 e seu desenvolvimento esteve relacionado com os seguintes contextos históricos: 1. pós-guerra do Paraguai, com a necessidade de demarcação da fronteira Brasil Paraguai, que aconteceu por meio da exploração agrícola de erva mate na região; 2. em meados da década de 1930, durante o Estado Novo (Era Vargas), quando houve um projeto nacional de povoamento do oeste brasileiro e foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, tendo sua primeira estrutura social baseada nas colônias agrícolas; 3. pós-golpe militar de 1964, em que o regime militar incentivou a introdução de políticas agrícolas de milho e soja, o que fez surgir, em detrimento dos minifúndios familiares, uma nova estrutura: os latifúndios. Com isso, a modernização da produção agrícola e o processo de êxodo rural geraram a reconfiguração das relações de trabalho, consolidada com o surgimento da agroindústria, que atraiu profissionais especializados, diversificando a população urbana douradense (CALIXTO, 2000).

⁷ De acordo com Sposito (2007), cidade média é uma noção qualitativa baseada no papel desempenhado na rede urbana (como distribuição de bens, serviços, influência política, relacionado às funções urbanas), hierarquicamente situado entre as metrópoles e as pequenas cidades.

O fim do monopólio da Cia. Mate Laranjeira sobre a porção sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul, iniciada na década de 1940, se efetivou a partir dos anos setenta, quando a região foi eleita como polo de desenvolvimento regional. Esse é um aspecto fundamental para a compreensão dessas mudanças e do crescimento populacional de Dourados, que teve papel importante na definição da produção do seu espaço urbano: em função do aumento do preço da terra, ocorreram fluxos migratórios para a periferia e a distinção do espaço entre as porções norte e sul começou a se evidenciar (CALIXTO, 2000). Assim, se destacam os papéis desempenhados pelas porções norte e oeste da cidade, identificados como espaços diferenciados socio espacialmente, caracterizados pela presença de investimentos privados residenciais e pela concentração de comércio e serviços.

Para a pesquisa que realizamos, importa considerar que há uma notável diferenciação também nos espaços públicos douradenses entre tais porções. Como demonstra Araújo (2019), em Dourados, os espaços públicos representam uma das dimensões da desigualdade socioespacial, já que há uma distribuição desigual dos parques e praças, identificada tanto em relação às porções norte/sul, quanto na distribuição entre áreas centrais/pericentrais e a periferia, além da atenção seletiva do poder público em relação à manutenção deles.

De acordo com essa lógica, verificamos que a atuação dos capitais incorporadores nas áreas da porção norte da cidade confirmou a tendência de definir um novo padrão de ocupação do espaço, cuja expressão tem sido a predominância de espaços residenciais fechados horizontais, viabilizada pela disponibilidade de terras e distancias reduzidas, característicos de cidades médias (SILVA; MELAZZO, 2020). Essas áreas das cidades médias, que estão em produção, alteram todo o processo de ocupação, não apenas sobre a dimensão residencial, mas refletindo sobre outras dimensões, como a dos espaços públicos.

Assim, compreende-se que a intensificação da segregação e sua complexificação, com o processo de fragmentação socioespacial (SPOSITO; GÓES, 2013), estão diretamente relacionadas à presença dos empreendimentos imobiliários, especialmente por meio do capital incorporador, cuja ação provoca mudanças rápidas no uso do solo, sem o devido acompanhamento do planejamento urbano, ou até mesmo estimuladas por um planejamento urbano que reforça essas lógicas (ROLNIK, 2015a; MARICATO, 2015a). Essas transformações implicam em acentuada diferenciação socioespacial, ampliando as distâncias tanto espaciais quanto sociais.

No estudo do caso de Dourados, entrevista com o Vereador Elias Ishy (Partido dos Trabalhadores - PT) fornece evidências das suas particularidades:

O que a gente vê é que tem muitos problemas na cidade muito grandes [sic] né. Ela cresceu de uma forma espalhada, horizontal, não cresceu de forma vertical, o que traz muito problema. O perímetro dela é grande demais, a parte de infraestrutura e mobilidade urbana dificulta demais. Torna-se uma cidade inviável. Então eu acho que o maior problema de Dourados é essa forma de crescimento⁸.

Verifica-se que o crescimento horizontal da cidade é reconhecido como problemático, com a expansão de áreas pouco integradas e carentes de infraestrutura nas periferias e a proliferação de vazios urbanos. Em outra entrevista com membros do Instituto de Meio Ambiente (IMAM) de Dourados⁹, soubemos que não há nenhuma política pública para incentivar a ocupação de vazios urbanos. Um dos funcionários descreveu o processo de expansão da cidade e os problemas gerados:

Essa expansão desses loteamentos aqui tem um efeito que é bastante interessante que se chama “sitioca”. A sitioca foi uma das coisas que aumentou muito aqui na região de Dourados, então são lotes maiores, que acabam sendo mais baratos por motivos de estrutura, é tudo estrada de chão, aqui é uma região argilosa, com barro, difícil acesso. Então a região começou muito barato [sic], irregular, a prefeitura não podia regularizar, porque não estava no perímetro urbano, a prefeitura não consegue colocar infraestrutura. E isso hoje, com essa questão da especulação imobiliária, tem regiões que hoje não é mais barato, mas ainda assim existe um adensamento e o perímetro urbano avançou, abrangeu essas áreas [...]. Então, por exemplo, ainda o transporte coletivo não passa, o ônibus da escola passa, só não sei quantas quadras de distância, tem o patrulhamento das ruas, não também iluminação em todas as áreas. Então tem toda essa dificuldade, que Dourados aumentou muito, não houve essa preocupação de conter o avanço do perímetro urbano, que promoveria um adensamento maior. Então uma das coisas assim, a gente tem que fazer o levantamento, mas a gente tem muitos vazios urbanos.

Adicionalmente aos problemas mencionados, especialmente nas periferias da cidade, o atual modelo urbano dificulta significativamente a preservação e manutenção dos espaços públicos. Apesar do clima predominantemente quente na região¹⁰, a maioria dos parques carece

⁸ Entrevista realizada pela equipe do Projeto Temático FragUrb em 06/02/2020, conduzida por Matthew Richmond, da qual participamos.

⁹ Também realizada pela equipe do Projeto Temático FragUrb em 07/02/2020, conduzida por Matthew Richmond, da qual participamos.

¹⁰ A temperatura média em Dourados foi de 25,4 °C. Fonte: Guia Clima. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2023. Disponível em: www.cpa.embrapa.br/clima/. Acesso em 31 mar. 2023.

de arborização adequada para oferecer sombra e amenizar as altas temperaturas. Segundo informações do Instituto do Meio Ambiente de Dourados (IMAM), esse cenário não é resultado da falta de iniciativas, mas sim da má implementação delas e da ausência de uma estratégia de planejamento urbano integrado que contemple a gestão e manutenção dos espaços verdes.

Em parques importantes para a configuração da cidade, como o Parque do Lago e o Parque Rego D'Água, foram realizados plantios de árvores. Contudo, a falta de infraestrutura adequada para o fornecimento de água, a falta de uma gestão eficiente para o controle de pragas e a manutenção insuficiente resultaram na perda da maioria dessas árvores. Essa situação evidencia a necessidade de uma abordagem mais estruturada e sustentável no planejamento e gestão dos espaços públicos de Dourados.

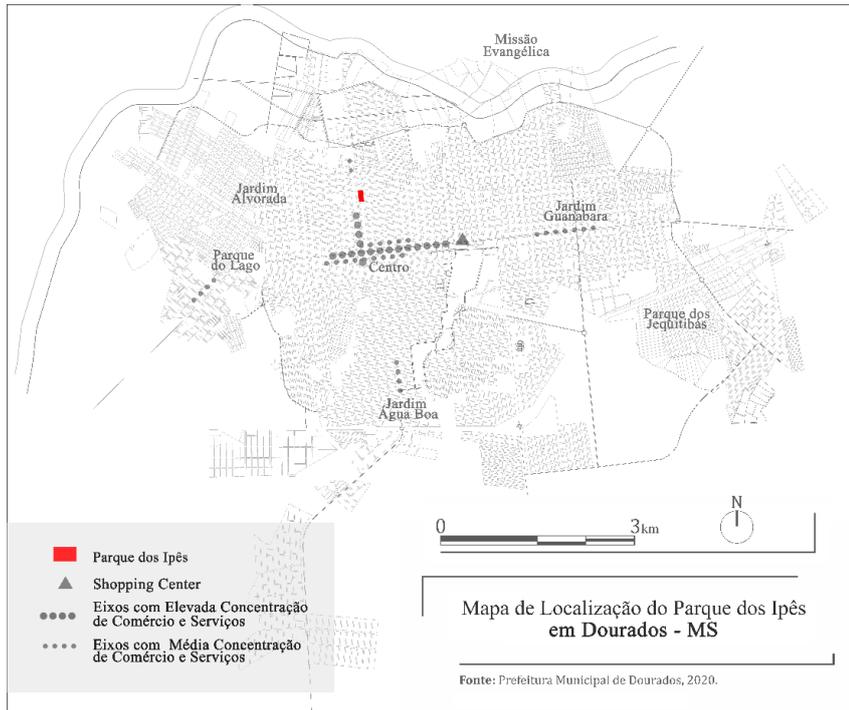
Com base nesse conjunto de elementos, confirmamos que o poder de atração dos espaços públicos se relaciona a esses processos de produção do espaço e, portanto, à presença da lógica socioespacial fragmentária em Dourados. A pesquisa empírica em um parque público específico, o Parque dos Ipês, possibilita identificar aspectos contraditórios, que evidenciam a complexidade de tais relações, conforme discutido no tópico seguinte.

Espaço público de destaque: Parque dos Ipês

Inaugurado em 1995, o Parque dos Ipês está localizado na porção centro-norte da cidade (Figura 1). Quando implantado, em uma área de doze mil metros quadrados, contava com pista de caminhada, quadras de vôlei de areia e poliesportiva, dois *playgrounds*, banheiros, vestiários, chafariz, biblioteca municipal, uma sede da Academia Douradense de Letras, Teatro Municipal (1998) e a sede da Fundação Cultural e de Esportes de Dourados (FUNCED). “Sua infraestrutura apresenta bom estado de conservação e atualmente, foram acrescentados a academia ao ar livre e área multiuso, a qual abriga festividades e a Feira Agroecológica” (ARAUJO, 2019, p. 76), como podemos ver na Figura 2.

Pela qualidade da infraestrutura, esse espaço corresponde com o padrão urbanístico característico da porção norte da cidade, visto que seu entorno concentra escolas particulares, academias de ginástica e hospitais privados. Portanto, “o dia a dia das pessoas que podem optar por essa localização desenrola-se nessa porção, identificando tal setor com a cidade e as demais áreas como periferia, caracterizando um processo de valorização também simbólica e ideológica” (CALIXTO, 2000, p. 174).

Figura 1 - Localização do Parque dos Ipês, Dourados – MS



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados, 2020. Organizado pela primeira autora, 2020.

Figura 2 - Parque dos Ipês, Dourados - MS. Pista de caminhadas, espaço multiuso onde há feira e comércio alimentício, detalhes do mobiliário, vegetação e iluminação, bebedouro, respectivamente.



Fonte: Obtido e organizado pelas autoras (2021).

Inicialmente, o terreno era destinado à construção de uma escola estadual, contudo, como os moradores dos bairros adjacentes possuem acesso a serviços privados de educação, considerou-se que esse equipamento não era necessário (ARAÚJO, 2019). Complementarmente, em contato com pesquisadoras da cidade, soubemos que houve resistência para a implantação de um equipamento público, fosse ele escola ou parque, por parte dos moradores do entorno. Apesar dessas resistências, Araújo (*idem*) afirma que esse espaço passou a fazer parte do ideário coletivo dos douradenses, sendo muito conhecido, mesmo por quem não costuma frequentá-lo. Portanto, nota-se uma mudança em relação a expectativa dos moradores do entorno do parque na época da implantação e atualmente, uma vez que a resistência inicial pode sugerir uma associação entre o parque público à insegurança ou falta de manutenção, mas a sua consolidação significou a identificação e o reconhecimento de sua importância. Quando consideramos a rejeição inicial aos equipamentos públicos e a atual identificação, são notáveis: i) a tendência para a preferência pelo que é privado, em detrimento do público, que caracteriza a crise dos espaços públicos (DUHAU; GIGLIA, 2008) e ii) a capacidade do poder público de induzir mudanças, na ocupação do solo e no ideário coletivo.

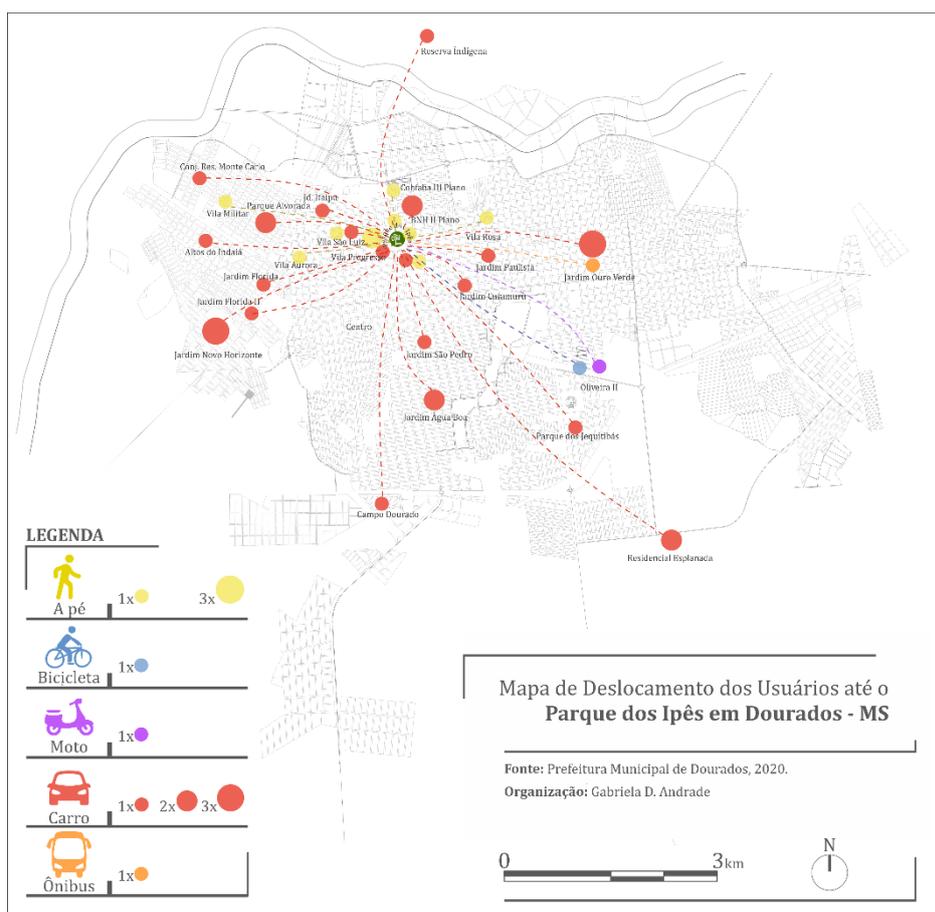
A fim de identificar os perfis de usuários do Parque dos Ipês e suas opiniões sobre ele, elaboramos uma breve enquete com 12 perguntas simples, que foi aplicada em um dia e horário de intenso movimento do parque: sexta feira, 07/02/2020, entre 18h e 19h45. O dia e horário de aplicação das 53 enquetes foi escolhido principalmente pela intenção de garantir o maior número de respostas possível, mas também pela impossibilidade de estar no local em dias e horários diferentes, visto que a cidade sede da pesquisa é distante. Pontuamos que nosso objetivo com as enquetes não foi de atingir uma amostra suficiente para conclusões definitivas e estatísticas, mas examinar os padrões e diferenças de usuários e usos desses espaços de forma exploratória. Com esse intuito, apresentamos na sequência os resultados que são mais relevantes para a presente discussão.

Uma questão crucial para compreender a relação entre urbanização, fragmentação socioespacial e espaço público é o local de origem dos usuários (SPOSITO, 2018), o qual está relacionado com sua área de residência e os meios de transporte utilizados para acessar o parque. Conforme demonstrado na Figura 3, o Parque dos Ipês exerce um significativo "poder de atração", ou seja, ele atrai usuários provenientes de áreas mais distantes. Importante ressaltar que a maioria dos entrevistados não residia em áreas próximas, consideradas dentro de um raio de dois quilômetros.

A definição do raio de dois quilômetros para caracterizar o entorno próximo baseou-se nas diretrizes do Ministério das Cidades para acesso a equipamentos públicos comunitários, que estabelecem distâncias caminháveis máximas para diferentes tipos de equipamentos urbanos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2017). Por exemplo, para escolas públicas de educação infantil, o limite é de 1 km, e para Unidades Básicas de Saúde (UBS), é de 2,5 km. Ao adotar o raio de dois quilômetros, objetivamos diferenciar distâncias de acesso pedonal confortáveis de distâncias maiores.

Adicionalmente, observamos que o Parque dos Ipês também atraiu respondentes de outras localidades da cidade, como a Reserva Indígena ou o Residencial Esplanada, conforme demonstrado na Figura 3. Essa diversidade de origens dos usuários ressalta o papel desse espaço público como ponto de interesse para diferentes públicos, o que pode ser entendido como um potencial para convivência em Dourados.

Figura 3 - Mapa de deslocamentos de respondentes às enquetes no Parque dos Ipês



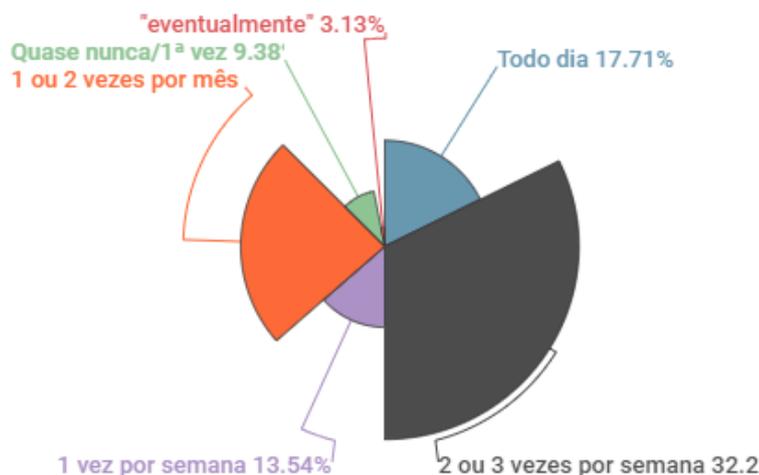
Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados, 2020. Organizado pela primeira autora, 2020.

A Figura 3 também identifica os modais de mobilidade empregados pelos usuários para chegar até o parque: para o entorno, aparecem pessoas vindo a pé, mas predominam aqueles

que chegaram de carro, principalmente, vindo dos bairros distantes. Além disso, houve alguns respondentes que vieram de moto, bicicleta e ônibus, mas destaca-se que apenas um afirmou ter chegado de transporte público, o que sugere que apenas uma pequena parcela da população residente nos bairros distantes (e normalmente periféricos) consegue frequentar o Parque dos Ipês: aqueles que têm acesso a veículos motorizado particulares, sugerindo, portanto, uma limitação quanto a acessibilidade desse espaço público.

As questões de distância e acesso também se relacionam com a frequência de uso do parque (Gráfico 1), sendo mais comum a resposta “2 a 3 vezes por semana”, interpretada como indicação de que esse espaço é tipicamente usado para visitas regulares. Mas há usuários que vão ao parque apenas uma ou duas vezes por mês e todos os dias.

Gráfico 1 - Resultado das enquetes aplicadas no Parque dos Ipês – frequência de uso (%)



Fonte: Organizado pela primeira autora, 2020.

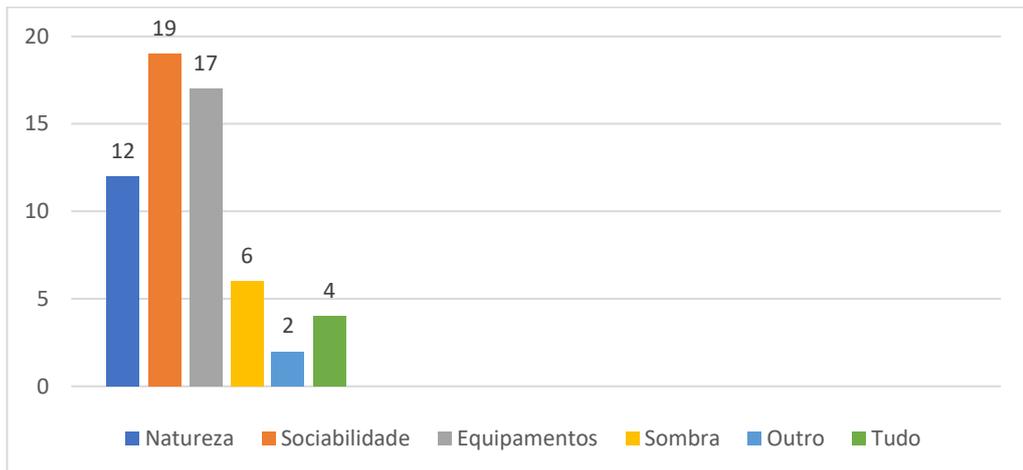
Na enquete foram incluídas perguntas abertas sobre as atividades realizadas e o que os respondentes gostavam ou não gostavam no parque. Para estas perguntas, realizamos classificações, agrupando as respostas em categorias, por exemplo, para respostas como “verde”, “árvores” e “sombra”, empregamos a classificação “natureza”, como aspecto geral. Para as respostas que evocam “pessoas”, “convivência”, “sociabilidade”, empregamos a classificação “sociabilidade”.

Como mostra o Gráfico 2, para os respondentes, o aspecto “sociabilidade” é muito relevante no Parque dos Ipês. Isso é interessante, visto que remete a uma questão essencial do espaço público. Outra resposta relevante foi sobre natureza e equipamentos, que são atributos físicos. Nesse sentido, destacamos a importância da qualidade do espaço público e, ao mesmo tempo, sugerimos que essa resposta ganhe relevância também por comparação aos demais

espaços públicos de Dourados que estavam, predominantemente, em condições péssimas de manutenção.

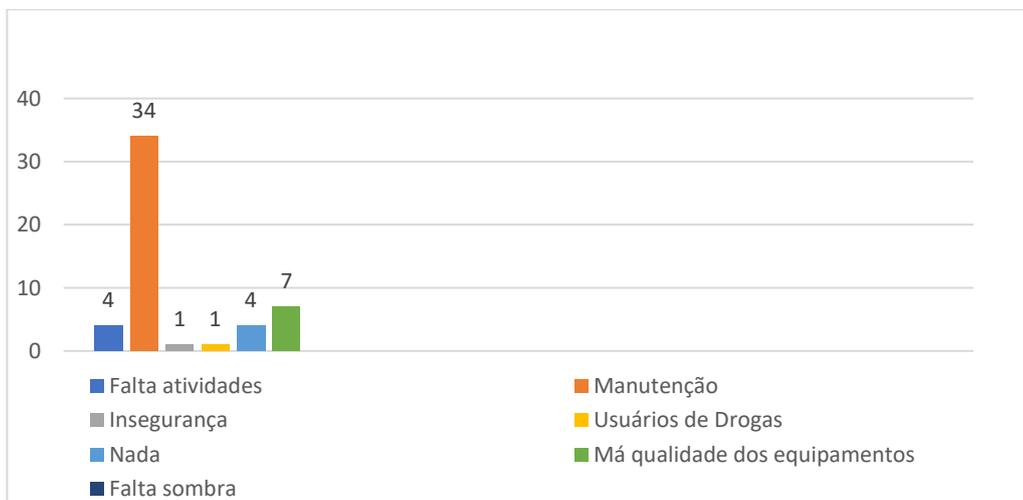
No que diz respeito ao que os respondentes não gostavam no Parque dos Ipês (Gráfico 3), a manutenção se evidencia e, ao mesmo tempo, muito pouco aparecem questões de insegurança ou problemas com frequentadores indesejáveis, como usuários de drogas. Esse é um aspecto relevante, sobretudo, porque a preferência pelos espaços privados tende a se basear no argumento da insegurança urbana (CALDEIRA, 2000; SPOSITO; GÓES, 2013). Nossa interpretação é que o Parque dos Ipês reproduz mecanismos de segurança presentes em espaços privados, como cercamento e vigilância. Mas, embora esse seja um dos espaços públicos mais bem mantidos de Dourados (ARAÚJO, 2019), os usuários ainda veem a manutenção como problema principal.

Gráfico 2. Resultado das enquetes aplicadas no Parque dos Ipês: O que gosta no espaço?



Fonte: Organizado pela primeira autora, 2020.

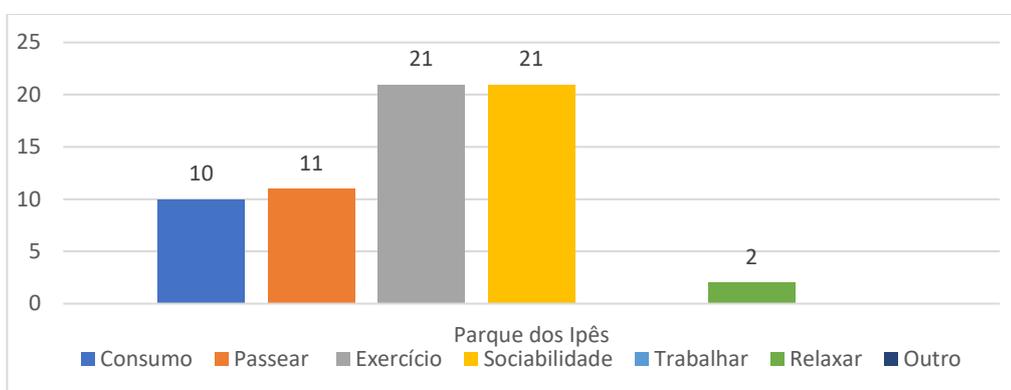
Gráfico 3. Resultado das enquetes aplicadas no Parque dos Ipês: O que não gosta no espaço?



Fonte: Organizado pela primeira autora, 2020.

Sobre as atividades realizadas (Gráfico 4), houve destaque para a sociabilidade e os exercícios físicos, além disso, os resultados da pergunta também comprovam como a prática do consumo tem sido relevante no Parque dos Ipês. Nesse sentido, pontuamos que o espaço acomoda uma feira de venda de alimentos e roupas que acontecia justamente no dia da aplicação das enquetes. Ademais, a especialização das atividades de cuidado com o corpo tem se caracterizado como uma forma de apropriação privada nesse espaço, uma vez que boa parte daqueles que encontramos realizando estas atividades integrava grupos acompanhados por profissionais particulares.

Gráfico 4. Resultado das enquetes aplicadas no Parque dos Ipês: Por que vem ao espaço?



Fonte: Organizado pela primeira autora, 2020.

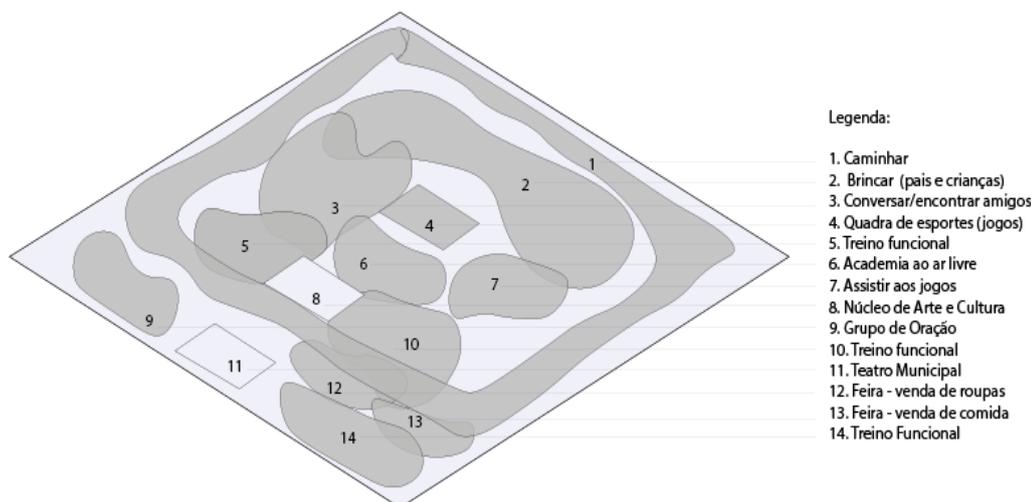
Com base nessas respostas e nas observações de campo, identificamos disputas no Parque dos Ipês, entre as diversas atividades concomitantes e seus praticantes. Contraditoriamente, a dimensão temporal também ganha importância, uma vez que uma das formas de evitar tais disputas (ou negociações decorrentes) pode ser por via de uma segmentação temporal da frequência a tal espaço. Como segmentação temporal, nos referimos a predominância de uma prática e um perfil específico de usuário, em cada período.

Mas, simultaneamente, observamos a delimitação de “territórios” no interior desse parque¹¹, de caráter temporário, decorrentes das disputas e acordos, que não se constituem como divisões rígidas intransponíveis, mas como uma forma de organização que hora pode ser concomitante (nesse caso várias práticas acontecem ao mesmo tempo, mas com segmentação espacial), hora não (em diferentes horários). No primeiro caso, há maior oportunidade de comunicação entre os diferentes cidadãos, enquanto no segundo caso, ela é limitada. No desenho esquemático apresentado na Figura 4, buscamos representar a territorialização das

¹¹ A atenção a tal “territorialização” foi baseada nas constatações de Serpa (2007).

diferentes atividades realizadas que observamos no Parque dos Ipês, no dia 07/02/2020, por volta das 18 horas. Como base nessa figura, se pode inferir que, apesar da segmentação, inevitavelmente, os contatos estão presentes, ao menos, potencialmente.

Figura 4 - Desenho esquemático da territorialização interna do Parque dos Ipês, Dourados - MS



Fonte: Elaborado pela primeira autora, 2021.

Complementarmente, no caso do Parque dos Ipês, como desdobramento das disputas e negociações, observamos que algumas atividades passaram a dominar certas áreas, por exemplo, os treinos funcionais, que são feitos por três grupos que ocupam espaços determinados em dias e horários regulares, caracterizando uma tendência de especialização. É importante reiterar que, apesar desses treinos serem realizados em um espaço público, não são espontâneos ou promovidos pela prefeitura, mas sim, realizados por profissionais que usam o parque para dar aulas remuneradas¹². Trata-se, portanto, de uma estratégia de privatização, mas de baixo impacto e que, contraditoriamente, favorece a atração exercida por esse parque público.

Com base no exercício de representação presente na Figura 4, mesmo levando em conta que algumas dessas territorializações correspondem ao espaço construído, que determina tal prática, como é o caso da quadra e da academia, o que se observa é a importância da simultaneidade, que também significa a visibilidade de cada uma delas e dos cidadãos envolvidos, frente aos demais, além da identificação de disputas, inclusive simbólicas, sobre esses espaços. Nesse sentido, mesmo que o ideal do intercâmbio das opiniões não se realize, a potência política está presente e sua importância é ainda maior numa “cidade de muros” (CALDEIRA, 2000), ou seja, na qual o processo de fragmentação socioespacial está em curso.

¹² Práticas semelhantes têm sido observadas em parques públicos de diferentes cidades brasileiras, pela equipe do Projeto Temático FragUrb.

Outro aspecto a ser considerado no Parque dos Ipês diz respeito às implicações do seu cercamento, que delimita o espaço e restringe as entradas à vista do vigilante, que fica em uma espécie de guarita. Um primeiro ponto é que isso influencia na territorialização interna, anteriormente apresentada; por exemplo, as práticas de apropriação privada, como a feira e o treino funcional, estão muito próximas das entradas, enquanto o espaço usado para conversar e encontrar amigos, fica um pouco mais distante, menos sujeitas à vigilância. O segundo ponto refere-se às presenças e ausências nesse espaço: se, por um lado, o cercamento, como mecanismo de controle, pode ser um atrativo, ao reforçar o imaginário de segurança para certos usuários, inserindo o parque em um contexto em que a tendência é a opção pelos espaços privados de acesso coletivo, por outro lado, pode ser uma estratégia de exclusão de determinados sujeitos e ou práticas, limitando as possibilidades inerentes aos espaços públicos e ao seu ideal.

Considerações finais

O objetivo principal deste texto é contribuir com as discussões sobre as transformações do espaço público em contexto de fragmentação socioespacial, tal como ocorrem em cidades brasileiras, como Dourados, com especial atenção às suas contradições. Como se trata de uma combinação de temas ainda recente na literatura científica, exploramos esses aspectos a partir do estudo do caso dessa cidade média, admitindo que nossas conclusões sirvam como direcionamentos para a continuidade da investigação, inclusive porque, várias das práticas observadas no Parque dos Ipês, estão presentes também em outros parques públicos de diferentes cidades.

Com base na realidade empírica pesquisada, de maneira ampla, concluímos que não há evidências para apoiar a tese da “morte” ou “declínio” dos espaços públicos (SENNETT, 1989). A heterogeneidade de público (gênero, idade, classe e local de moradia) e práticas diversificadas, mesmo que comportem limitações, indicam que o Parque dos Ipês não vem sendo abandonado, nem mesmo por parte daqueles que podem optar por espaços de privados de acesso coletivo (*shoppings*, clubes, por exemplo) e sequer passou a ser frequentado apenas por um segmento. Mas, contraditoriamente, a forte presença das atividades de consumo no Parque dos Ipês sugere a atenção a certos aspectos específicos. O primeiro é que o grau de importância do consumo na dinâmica desse espaço não é sempre o mesmo, alterando-se de

acordo com determinados eventos, como a feira que é realizada duas vezes por semana, ou seja, a dimensão temporal tem relevância; o segundo é que, apesar de observarmos que o poder de atração desse espaço aumenta com as práticas de consumo, não se pode afirmar que o parque não existisse sem elas ou que delas dependa.

Mesmo assim, reiteramos que é preciso continuar a investigar, inclusive atentando para quem está ausente do Parque dos Ipês. Por exemplo, é provável que os moradores dos bairros mais elitizados da cidade, como moradores de espaços residenciais fechados, não o frequentem. Da mesma maneira, moradores de áreas periféricas, sem acesso a transportes motorizados, podem estar excluídos. Isso indica que as “franjas” sociais não utilizam o Parque dos Ipês, ou seja, há uma heterogeneidade limitada. Isso nos leva a questionar se, para alguns dos espaços públicos das cidades médias, além da homogeneidade, a limitação da heterogeneidade não seria também uma evidência do processo de fragmentação, ainda que nossas evidências confirmem sua potencialidade, no que se refere à sociabilidade e à convivência com o “outro”.

Por fim, retomamos o debate feito por Duhau e Giglia (2008), que parte da constatação de que há uma preferência crescente pelo que é privado, em detrimento do público, caracterizando a crise dos espaços públicos, mas vai além, quando os autores identificam regras e mecanismos de controle antes presentes nos espaços privados de acesso público, também nos “espaços juridicamente públicos”, evidenciando uma amenização das distinções entre eles. Embora esses autores se refiram aos espaços metropolitanos, suas constatações coincidem, em muitos aspectos, com os resultados de nossa pesquisa em Dourados, o que favorece a ampliação do debate que elaboram, e nos ajuda a compreender as novas práticas espaciais que observamos, em sua relação com espaços urbanos concretos. Retomamos, então, o pressuposto de que a referência a um espaço público ideal pode implicar em desvalorização apressada e num entendimento superficial das mudanças atuais e, por isso, é fundamental atentar para as relações que, de fato, têm sido verificadas, a partir de pesquisa de campo, com suas contradições e disputas. Nesse sentido, não se pode esquecer que, ao mesmo tempo em que as distinções entre público e privado parecem borradas, cada vez mais barreiras físicas e simbólicas estão presentes nos espaços urbanos, caracterizando o que Caldeira (2000) qualificou adequadamente como “cidade de muros”.

Referências

- ARAÚJO, L. G. N. M. de. **A distribuição espaço-temporal e avaliação qualitativa das praças e parques urbanos de Dourados-MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. 2019.
- ARENDT, H. **The human condition**. Chicago: University of Chicago Press. 1958.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34. 2000.
- CALIXTO, M. J. M. S. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados – MS**. 2000. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2000.
- CATALÃO; I.; MAGRINI, M. A. de O. Direito à cidade e consumo: contradições e convergências. In: GÓES, Eda Maria et al. **Consumo, crédito e direito à cidade**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 133-158.
- DAVIS, M. **City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles**. New York: Vintage Books. 1990.
- DELGADO, M. **El espacio público como ideologia**. Madrid: Catarata. 2011.
- DUHAU, E.; GIGLIA, A. **Las reglas del desorden: habitar la metrópole**. México: Siglo XXI. 2008.
- GOMES, P. (2010). **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.
- IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/dourados.html>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- IBGE. Regiões de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 24 jul. 2023.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>.

Acesso em: 24 jul. 2023.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes. 1961.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos. 1974.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, p. 235–248, 2021.

LOBODA, C. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, nº 31, v. 1, pp. 32-54. 2009.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015a. 112 p.: il.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Caderno 2: **Parâmetros Referências da Qualificação da Inserção Urbana**. Coleção Minha Casa +Sustentável, 1ª Ed. Brasília, 2017, 104p. Disponível em:

<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/caderno2parametrosreferenciais.PDF>. Acesso em: jul. 2023.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015a. 424 p.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto. 2007.

SILVA, B. L.; MELAZZO, E. S. Expansão urbana e dinâmica imobiliária: comparando as estratégias fundiárias dos agentes imobiliários em cidades médias. **Sociedade e Natureza**, v. 32, pp. 108-125. 2020.

SOUZA, A. Os Espaços públicos nas cidades. **Geografares**. p. 182-213, Jul-Set, 2018.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana**. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253.

SPOSITO, M. E.; GÓES, E. **Espaços Fechados e Cidades: Insegurança Urbana e Fragmentação Socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP. 2013.

SPOSITO, M. E. B. **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb)**. São Paulo: Fapesp, 2018.

CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Agradecemos a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente/SP, que sediou a pesquisa desenvolvida.
 - Financiamento:** FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
 - Conflitos de interesse:** Nada a declarar.
 - Aprovação ética:** O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa, conforme os padrões e diretrizes estabelecidos.
 - Disponibilidade de dados e material:** Os dados utilizados neste trabalho estão sob o domínio do grupo do projeto temático da FAPESP "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas" (FragUrb), sob o processo 18/07701-8. Esses dados serão publicados após a conclusão do projeto temático.
 - Contribuições dos autores:** A primeira autora participou como bolsista de iniciação científica, desempenhando um papel ativo principalmente na realização da parte empírica da pesquisa. Contribuiu com a coleta e organização de dados, produção de figuras e análise dos resultados, ficando responsável principalmente pelas seções “Dourados - MS: da formação do núcleo urbano à lógica fragmentária”, “Espaço público de destaque: Parque dos Ipês” e Considerações Finais. A segunda autora, atuou como supervisora, oferecendo orientação e complementação teórica, incluindo a introdução e a seção "Do processo de fragmentação socioespacial às mudanças no espaço público". Contribuiu também com todas as discussões relevantes para o desenvolvimento do trabalho.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

